

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Ficava deitado na cama, sentindo-me infeliz, chorando
com pena de mim, e chorar era uma espécie de lenimento para
a minha alma. Eu assumia todas as culpas. Era culpado por
4 Armande ter se corrompido, por ter se casado com um ator
mediocre; culpado por não ter ajudado Marie-Madeleine a se
livrar da maldade que a pervertia; culpado por ter tratado com
7 hipócrita condescendência mulheres que de fato desprezava;
culpado por ter deixado Molière morrer abandonado. Pensei
em morrer. Lembrei-me de um pensamento de Montaigne que
10 diz ser a morte voluntária a mais bela; a vida depende da
vontade de outrem, a morte, da nossa.

Até que um dia, não sei quanto tempo durou essa
13 minha angústia, entrei na biblioteca do meu pai e apanhei na
estante os ensaios de Michel de Montaigne. Abri uma página
ao acaso e li uma frase que dizia ser um sinal de fraqueza, e
16 não de virtude, ir agachar-se sob o túmulo a fim de escapar dos
golpes do destino. Percebi, enquanto relia o seu livro, que o
grande pensador era contraditório, tinha dúvidas, não era imune
19 ao sofrimento, e mais: tinha preconceitos, era injusto nos seus
julgamentos, tinha suas fraquezas e imperfeições, mas sabia
que isso não o tornava menos humano e digno. Não sei dizer
22 que ensinamentos tirei da leitura. O certo é que, seja qual for
o motivo da minha transformação, um dia fui a uma das baías,
selei um alazão e com ele percorri as terras de meu pai. E na
25 volta da cavalgada, comi com um apetite que havia muito
tempo não tinha.

Poucos dias depois eu voltava para Paris. Meu
28 objetivo era descobrir quem, afinal, havia envenenado Molière.

Rubem Fonseca. *O doente Molière*. São Paulo:
Companhia das Letras, 2000, p. 124-5.

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima,
julgue os itens seguintes.

- 51 A expressão “essa minha angústia” (l.12-13) constitui o complemento da forma verbal “durou” (l.12).
- 52 Caso se omitisse a vírgula empregada imediatamente antes da conjunção “e” (l.15), a correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas.
- 53 A substituição da locução “a fim de” (l.16) por **para** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 54 A substituição da forma verbal “tornava” (l.21) por **tornasse** preservaria as regras gramaticais bem como a coesão e a coerência do texto.
- 55 Da leitura do texto infere-se que o ato de chorar, para o narrador, era uma forma de punição, visto que tornava o sofrimento de sua alma mais intenso.
- 56 As opiniões conflitantes de Montaigne acerca do suicídio revelam, para o narrador, que esse autor é contraditório.
- 57 No trecho “a morte, da nossa” (l.11), a vírgula foi empregada para indicar a omissão do vocábulo “vontade”.
- 58 Nos trechos “que de fato desprezava” (l.7) e “que ensinamentos tirei da leitura” (l.22), o elemento “que” recebe a mesma classificação morfosintática.

1 Nicolau meteu-se na política. Em 1823, vamos achá-lo
na Constituinte. Não há que dizer ao modo por que ele cumpriu
os deveres do cargo. Íntegro, desinteressado, patriota, não
4 exercia de graça essas virtudes públicas, mas à custa de muita
tempestade moral. Pode-se dizer, metaforicamente, que a
frequência da câmara custava-lhe sangue precioso. Não era só
7 porque os debates lhe pareciam insuportáveis, mas também
porque lhe era difícil encarar certos homens, especialmente em
certos dias. Montezuma, por exemplo, parecia-lhe balofo,
10 Vergueiro, maçudo, os Andradas, execráveis. Cada discurso,
não só dos principais oradores, mas dos secundários, era para
o Nicolau verdadeiro suplício. E, não obstante, firme, pontual.
13 Nunca a votação o achou ausente; nunca o nome dele souo sem
eco pela augusta sala. Qualquer que fosse o seu desespero,
sabia conter-se e pôr a ideia da pátria acima do alívio próprio.
16 Talvez aplaudisse *in petto* o decreto de dissolução. Não afirmo;
mas há bons fundamentos para crer que o Nicolau, apesar das
mostras exteriores, gostou de ver dissolvida a assembleia. E se
19 essa conjetura é verdadeira, não menos o será esta outra: que
a deportação de alguns dos chefes constituintes, declarados
inimigos públicos, veio aguar-lhe aquele prazer. Nicolau, que
22 padecera com os discursos deles, não menos padeceu com o
exílio, posto lhes desse um certo relevo. Se ele também fosse
exilado!

Machado de Assis. *Verba testamentária*. In: J. Gledson. *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 168 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 59 O vocábulo “metaforicamente” (l.5) é empregado em referência à relação de significado estabelecida entre a expressão **custar o sangue** e o sacrifício que a frequência à câmara representava para Nicolau.
- 60 A substituição de “por que” (l.2) por **já que**, antecedida de vírgula, manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 61 Seriam desrespeitadas as regras gramaticais caso se substituísse, na expressão “à custa de” (l.4), o vocábulo “custa” por **custas**.
- 62 O termo “balofo” (l.9) expressa uma característica do sujeito da oração na qual esse adjetivo é empregado.
- 63 A substituição de “não obstante” (l.12) por **no entanto** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 64 O referente dos elementos “o” (l.13) e “seu” (l.14) é Nicolau.
- 65 O adjetivo “augusta” (l.14) é empregado no sentido de **vil**, evidenciando a ironia típica dos textos de Machado de Assis.
- 66 Subentende-se das relações de sentido estabelecidas no texto que a expressão “essa conjetura” (l.19) se refere à hipótese apresentada pelo narrador de que Nicolau era favorável à dissolução da assembleia.
- 67 Na linha 19, o autor emprega o sinal de dois-pontos para introduzir mais uma especulação do narrador a respeito do ponto de vista de Nicolau acerca do fato ocorrido após a dissolução da assembleia.
- 68 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos se o trecho “posto lhes desse um certo relevo” (l.23) fosse assim reescrito: de modo que a eles fosse dado um certo relevo.
- 69 Depreende-se do texto que, para o narrador, Nicolau comportava-se de forma exemplar na câmara, embora não demonstrasse vocação política.

1 A ideia de tolerância nasceu e se desenvolveu no
 terreno das controvérsias religiosas. Seus grandes defensores,
 de Locke a Voltaire, combateram todas as formas de
 4 intolerância que ensanguentaram a Europa durante séculos,
 depois da ruptura do universalismo religioso por obra das
 Igrejas reformadoras e das seitas heréticas. Do terreno das
 7 controvérsias religiosas, a ideia de tolerância passou pouco a
 pouco para o terreno das controvérsias políticas, ou seja, do
 contraste entre as formas de religião moderna que são as
 10 ideologias. O reconhecimento da liberdade religiosa deu
 origem aos Estados não confessionais; o reconhecimento da
 liberdade política, aos Estados democráticos. Um e outro
 13 reconhecimento são a mais alta expressão do *espírito laico* que
 caracterizou o nascimento da Europa moderna, entendendo-se
 esse espírito laico como o modo de pensar que confia o destino
 16 do *regnum hominis* (reino do homem) mais à razão crítica que
 aos impulsos da fé, ainda que sem desconhecer o valor de uma
 fé sinceramente experimentada, mas confiando a adesão a ela
 19 à livre consciência individual.

Norberto Bobbio. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*.
 São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 149 (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima,
 julgue os próximos itens.

- 70 O emprego do sinal indicativo de crase em “à livre consciência individual” (l. 19) justifica-se pela regência do termo “adesão” (l. 18) e pela presença de artigo feminino.
- 71 Depreende-se do texto que os Estados laicos surgiram com a aceitação tanto da liberdade religiosa quanto da liberdade política.
- 72 A argumentação do texto organiza-se com base na comparação entre o conceito de fé experimentada e o de consciência individual.
- 73 Conclui-se da leitura do texto que a diversidade de crenças religiosas e a de ideologias políticas foi estimulada na Europa a partir da ruptura do universalismo religioso.
- 74 A organização do texto obedece à estrutura de um parágrafo padrão, cujo tópico frasal corresponde à assertiva “A ideia de tolerância nasceu e se desenvolveu no terreno das controvérsias religiosas” (l.1-2).
- 75 A expressão “ou seja” (l.8) está isolada por vírgulas no texto por ser de valor meramente explicativo.
- 76 As expressões “do *espírito laico*” (l.13) e “da fé” (l.17) complementam, respectivamente, os vocábulos “expressão” e “impulsos”.
- 77 Na linha 14, o emprego da partícula “se” indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- 78 A omissão do sinal indicativo de crase no trecho “à razão crítica” (l.16) não prejudicaria a correção gramatical do período, mas tornaria o trecho ambíguo.

1 A mente emocional é muito mais rápida que a
 racional, age irrefletidamente, sem parar para pensar.
 Essa rapidez exclui a reflexão deliberada, analítica, que
 4 caracteriza a mente racional. No curso da evolução humana,
 essa agilidade, muito provavelmente, teve como objetivo
 exclusivo permitir-nos decidir o que merecia a nossa atenção
 7 e, uma vez vigilantes, por exemplo, ao enfrentarmos um
 animal, decidir, em frações de segundos: eu como isso ou isso
 me come? As espécies que não foram capazes de uma reação
 10 imediata tiveram pouca probabilidade de deixar uma progênie
 que passasse adiante seus lentos genes de atuação.

Esse modo rápido de percepção perde em precisão
 13 para ganhar em rapidez. Baseia-se em primeiras impressões e
 reage ao panorama global ou aos seus aspectos mais gritantes.
 Capta tudo em um relance, reage e não perde tempo com uma
 16 análise mais minuciosa dos detalhes. A grande vantagem é que
 a mente emocional é capaz de captar rapidamente uma emoção
 e, assim, de forma fulminante, dizer-nos do que nos acautelar
 ou em quem confiar. Ela é o nosso radar para o perigo. Se nós,
 19 ou nossos ancestrais, fôssemos aguardar que a mente racional
 tomasse uma decisão, teríamos, provavelmente, não só
 22 cometido erros, mas também desaparecido como espécie.

D. Goleman. *Inteligência emocional*. Rio de
 Janeiro: Objetiva, 2007, p. 305-6 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 79 A expressão “como objetivo exclusivo” (l.5-6) exerce a função de complemento direto da forma verbal “teve” (l.5).
- 80 Caso se substituísse a oração “ao enfrentarmos um animal” (l.7-8) por **enfrentando um animal**, a correção gramatical do texto seria mantida.
- 81 Caso a oração “que não foram capazes de uma reação imediata” (l.9-10) fosse isolada por vírgulas, a coerência textual seria prejudicada.
- 82 Os vocábulos “analítica” e “teríamos” recebem acento gráfico com base na mesma regra de acentuação.
- 83 O emprego das formas verbais no subjuntivo “fôssemos” (l.20) e “tomasse” (l.21) deve-se à presença do elemento gramatical “Se” (l. 19).
- 84 Infere-se do texto que a reação da mente emocional ao meio natural foi responsável pelo desenvolvimento, no ser humano, da capacidade de perceber rapidamente os problemas sociais e de engendrar soluções para esses problemas.
- 85 De acordo com as relações de sentido que se estabelecem no texto, as expressões “Essa rapidez” (l.3), “essa agilidade” (l.5) e “Esse modo rápido” (l.12) referem-se à ideia de que a mente emocional é mais rápida que a racional, explicitada no início do texto.

Acerca dos princípios fundamentais e direitos individuais, julgue os itens a seguir.

- 86 São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- 87 Outorgada por uma Assembleia Constituinte, a Constituição Federal de 1988 (CF) é também classificada como escrita, formal, analítica, dogmática e rígida.

Julgue os itens seguintes, acerca da organização dos poderes e do regime constitucional dos servidores públicos.

- 88 Compete privativamente ao governador do estado a iniciativa para propor ao Poder Legislativo estadual a fixação da remuneração dos serviços auxiliares do respectivo tribunal de justiça.
- 89 A remuneração ou o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos do poder judiciário do estado-membro não poderá exceder o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Considerando a organização do Poder Judiciário e as suas funções essenciais, julgue os próximos itens.

- 90 O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) compõe-se de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo que, entre eles, haverá necessariamente um desembargador de tribunal de justiça, indicado pelo STF, e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 91 Caso o Estado de Portugal pretenda ingressar com ação de indenização contra brasileiro que tenha domicílio na cidade de Vitória – ES, a competência para julgar tal ação de indenização será da justiça comum estadual do estado do Espírito Santo.
- 92 Supondo-se que determinado estado-membro tenha mais de 20.000 militares integrantes da polícia militar e do corpo de bombeiros militar, é possível que lei estadual, de iniciativa do tribunal de justiça desse estado, preveja a criação da justiça militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos conselhos de justiça e, em segundo grau, pelo próprio tribunal de justiça, ou por tribunal de justiça militar do estado.
- 93 O procurador-geral de justiça de um estado federado poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da respectiva assembleia legislativa, na forma da lei complementar pertinente.

Com referência do poder executivo e à organização administrativa, julgue o item abaixo.

- 94 Em que pese a existência do princípio da legalidade, é possível, perante a CF, que o chefe do Poder Executivo, mediante decreto, extinga órgãos, funções ou cargos públicos na administração direta do Poder Executivo.

Julgue os itens subsequentes, acerca do ato administrativo e dos cargos e funções públicas.

- 95 A CF veda a acumulação ilegal de cargos públicos. No entanto, permite que um servidor venha a acumular um cargo efetivo com uma função de confiança.
- 96 Nem todo ato administrativo necessita ser motivado. No entanto, nesses casos, a explicitação do motivo que fundamentou o ato passa a integrar a própria validade do ato administrativo como um todo. Assim, se esse motivo se revelar inválido ou inexistente, o próprio ato administrativo será igualmente nulo, de acordo com a teoria dos motivos determinantes.

Acerca das licitações públicas e do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens seguintes.

- 97 Após a criação do CNJ, o TCU deixou de ter competência para zelar pela correta aplicação dos princípios constitucionais no âmbito do Poder Judiciário.
- 98 Suponha-se que, diante das fortes chuvas de verão no Sudeste do Brasil, um estado-membro dessa região resolva decretar estado de calamidade pública, razão pela qual passe a ser urgente o atendimento das demandas da comunidade atingida. Nesse caso hipotético, uma obra pública poderá ser iniciada, com dispensa de licitação, independentemente do prazo para a sua conclusão.

Acerca do controle administrativo e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- 99 Suponha-se que Maria estivesse conduzindo o seu veículo quando sofreu um acidente de trânsito causado por um ônibus da concessionária do serviço público municipal de transporte público, o qual lhe causou danos materiais. Nessa situação hipotética, eventual direito à indenização pelos danos suportados por Maria somente ocorrerá se ficar provado que o condutor do referido coletivo atuou com culpa ou dolo, já que não haverá responsabilidade objetiva na espécie, pois, na oportunidade, Maria não era usuária do serviço público de transporte público coletivo.
- 100 O recurso administrativo com efeito suspensivo produz, de imediato, duas consequências fundamentais: a primeira, o impedimento do curso do prazo de prescrição; a segunda, a impossibilidade jurídica de impugnação judicial do ato.

Com base no que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, julgue os itens que se seguem.

- 101 O magistrado, deparando-se com a ausência de norma aplicável ao caso concreto que esteja julgando, deve suspender o julgamento e solicitar ao Poder Legislativo a edição de lei sobre a matéria.
- 102 Em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

No que se refere aos institutos ligados às pessoas naturais, julgue os itens subsequentes.

- 103 Admite-se a outorga, por concessão dos pais, de capacidade civil a menor com dezesseis anos de idade completos, mediante instrumento público, e independentemente de homologação legal.
- 104 Os direitos de personalidade são absolutamente intransmissíveis, irrenunciáveis e indisponíveis.
- 105 A pessoa que, em razão de enfermidade, não tenha o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil deve ser considerada absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

Julgue os itens que se seguem, relativos a pessoas jurídicas.

- 106 As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, inexistindo entre os associados direitos e obrigações recíprocos.
- 107 Na hipótese de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, deve o juiz, de ofício, determinar que os efeitos de certas e determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Com relação a domicílio e bens, julgue os itens que se seguem.

- 108** Fungibilidade não é sinônimo de consuntibilidade, visto que pode haver bem consumível que seja infungível.
- 109** Diferentemente do estabelecido para as pessoas naturais, cujo domicílio é qualquer uma das diversas residências onde, alternadamente, a pessoa natural viva, para as pessoas jurídicas, cada um de seus diversos estabelecimentos em lugares diferentes é considerado domicílio para os atos nele praticados.

Julgue o próximo item, referente às relações de parentesco no direito de família.

- 110** A afinidade constitui liame jurídico firmado entre um cônjuge ou convivente e os parentes consanguíneos ou civis do outro, decorrente de matrimônio válido ou de união estável, extinguindo-se a afinidade em linha reta e colateral com a dissolução do casamento ou união estável.

No que concerne à Constituição do Estado do Espírito Santo, julgue os itens de **111** a **115**.

- 111** É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos privativos de médico, desde que comprovada a compatibilidade de horários, limitados os subsídios ao teto constitucional.
- 112** A vedação ao nepotismo não se encontra prevista expressamente no texto constitucional do estado do Espírito Santo, ainda que incidente por determinação de súmula vinculante do STF.
- 113** Se o servidor público estadual investir-se no mandato de deputado estadual, perceberá, havendo compatibilidade de horários, as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; inexistindo compatibilidade, o servidor poderá optar pelos vencimentos de seu cargo.

- 114** A Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo (LOJ/ES), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, deverá ser encaminhada para aprovação na Assembleia Legislativa, e, depois, ser submetida à sanção do governador do estado.

- 115** Compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ/ES) processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do estado, os deputados estaduais e os prefeitos municipais.

Julgue os itens subsequentes, relativos à LOJ/ES.

- 116** O cargo comissionado de secretário de gestão do foro deve ser preenchido, exclusivamente, por bacharel em direito.
- 117** Cada comarca, que compreende um município, ou mais de um, desde que contíguos, deve receber a denominação da respectiva sede, podendo ser dividida em varas.

Com relação ao plano de carreiras e de vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

- 118** O servidor que não concordar com o resultado do processo de promoção poderá interpor recurso, com justificativa e provas das alegações, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação do referido resultado.
- 119** Entre os critérios exigidos para a promoção do servidor público inclui-se o do limite de três faltas injustificadas no decorrer dos 24 últimos meses que antecedam o processo de promoção.

Em relação à lei que dispõe sobre a reestruturação e modernização da estrutura organizacional e administrativa do TJ/ES, julgue o próximo item.

- 120** Cabe a desembargador designado pelo Tribunal Pleno a supervisão da coordenadoria das varas de infância e juventude.